

## **PARECER: AS. REL. INST. 05/2013 – VOTAÇÃO DO VETO AO ATO MÉDICO**

A lei que regulamenta o exercício da Medicina, conhecida como Ato Médico, foi sancionada com vetos pela presidente Dilma Rousseff no último dia 10 de julho. Os vetos incidiram sobre os artigos que afetam outras 13 profissões da Saúde.

Manifestações de vários Senadores apontam a possibilidade do Congresso Nacional derrubar os vetos e, assim, a lei vigorar com os trechos que haviam sido retirados pela presidente.

Os vetos ao Ato Médico devem ser examinados de acordo com as novas regras definidas pelo Congresso, que prevê que os vetos deverão ser votados no prazo de 30 dias, contados de sua publicação.

A Comissão Mista da Câmara e do Senado para análise dos vetos já foi instaurada e tem prazo até o dia 06 de agosto para conclusão dos trabalhos. Ela é composta por um total de 6 membros (3 Senadores e 3 Deputados). Desse total, a maioria (4) são médicos. O relatório, portanto, deve ser contra a posição do governo, pela derrubada dos vetos.

No entanto, o relatório não é determinante para a derrubada dos vetos, pois a votação no plenário é veto a veto, e não a votação do relatório.

Ao que podemos apurar, a tendência é de manutenção dos vetos, em vista do governo ter maioria e deve haver dificuldades para que seja atingido o quórum para a derrubada dos vetos.

Há que se ressaltar que segundo informações obtidas junto a assessores do Senado, os médicos estão muito bem organizados na sua pressão junto aos congressistas, enquanto que as outras categorias não estão tão bem organizadas e pressionando de modo disperso.

Por isso, é preciso considerar que embora a maioria das profissões seja contrária e o governo conte com maioria há riscos em relação à possibilidade de que os vetos sejam rejeitados.

Somente a mobilização e a pressão das categorias prejudicadas pode garantir que os vetos não sejam derrubados. Por essas razões, os conselhos profissionais da Saúde, estão promovendo a mobilização através de convite a todos os trabalhadores

das 13 profissões regulamentadas da área e toda a sociedade para enviarem e-mail aos parlamentares, sensibilizando-os pela não derrubada dos vetos.

Abaixo a integra dos textos e o link para participar da mobilização. O Conselho Federal do Farmácia assina o manifesto, representando a categoria farmacêutica.

José Geraldo Fábio

Assessor de Relações Institucionais – 29/07/2013